

Qual a direção?

A maior dificuldade que o Congresso terá para catapultar-se, como cogita, à liderança de um pacto social antiinflação é o ano eleitoral. A liderança parlamentar não mostrou até aqui discernimento algum em questões econômicas, optando invariavelmente por dar-lhes um tratamento populista. Num ano de eleições, é compreensível que esse lado do caráter dos políticos se aguace, comprometendo a sua capacidade de figurar na vanguarda de um processo de estabilização econômica.

Mas é, o pacto social, uma imposição da sobrevivência dos políticos que figuram no atual quadro partidário do País. O fracasso do Plano Verão, fundamentalmente um fracasso do setor público, onerou a classe política em tal medida que só o êxito de um programa antiinflacionário patrocinado pelo Congresso poderá impedir que, em novembro, triunfe um discurso radicalmente contestatório. Essa circunstância, cuja evidência salta aos olhos, poderá talvez estimular uma reação que, para ter êxito, terá de ser imediata.

O que o Congresso pode empreender para frear a escalada inflacionária? Pode muito. Pode, por exemplo, reunir as tendências políticas eleitoralmente viáveis nas eleições deste ano e, com elas, elaborar

um programa econômico de emergência que contenha um conjunto de linhas básicas com as quais todas se comprometam. Esse programa teria a virtude de signalizar, para os agentes, uma espinha dorsal da futura política econômica, reduzindo as incertezas que mantêm todos na expectativa.

A inflação baixará, ou no mínimo tenderá a manter-se num nível estável, ao simples sinal de uma política econômica voltada para a produção, como corresponde, no momento, ao discurso de quase todos os candidatos. Uma política voltada para a produção significa, obviamente, a preservação das nossas relações com o mercado internacional, dada a dependência em que nos encontramos de fatores importados. Significa a formação de uma poupança nacional voltada para o investimento e para o lucro, não para o juro; significa a proscrição de toda interferência em preço e, ao contrário, a estimulação da concorrência mediante o banimento dos cartórios que mascaram o mercado. É claro que essas medidas não poderão ser mais adotadas consistentemente pelo atual Governo, mas sua explicação, no contexto de um programa mínimo sob os auspícios do Congresso, teria a faculdade de mostrar a direção e permitir a todos que voltem ao trabalho.